

A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA PÚBLICA.

Lucimar Perim de Siqueira¹, Renata Mendes Monteiro², Rosé Colom Toldrà³

¹ Pontifícia Universidade Católica de Campinas / Faculdade de Terapia Ocupacional, lucimar_p_siqueira@yahoo.com.br

² Pontifícia Universidade Católica de Campinas / Faculdade de Terapia Ocupacional, renata_facul@yahoo.com.br

³ Pontifícia Universidade Católica de Campinas/ Faculdade de Terapia Ocupacional, rcolom@lexxa.com.br

Resumo - Essa pesquisa tem por fim estudar a importância da inclusão escolar de crianças com deficiência em escolas públicas. A escola inclusiva tem como princípio fundamental que todas as crianças devem aprender coletivamente, não importando quais as dificuldades ou diferenças que possam existir entre elas. Assim, esta escola necessita conhecer e responder as diferentes necessidades de cada indivíduo, bem como a diversos ritmos e estilos de aprendizagem de forma a promover uma educação com qualidade para todos. Para isso foi utilizada pesquisa de campo através de entrevistas com professores e pais de três crianças com deficiência que freqüentam a escola pública e são acompanhadas no Ambulatório de Terapia Ocupacional da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Como resultado deste estudo buscou-se a conscientização de educadores e familiares para a necessidade de inserção e permanência do deficiente no âmbito escolar público e, ao mesmo tempo, identificou-se que a criança diante da diversidade de situações desenvolve novas habilidades, auto-confiança e auto-estima promovendo, ainda, maior solidariedade no ambiente escolar.

Palavras-chave: Criança, Deficiência, Educação Inclusiva, Família, Educadores e Terapia Ocupacional.

Área do Conhecimento: VII Ciências Humanas

Introdução

O estudo da criança com deficiência e sua inclusão escolar está embasado nos benefícios mútuos que promove entre ela e os demais indivíduos. Para que a inclusão escolar ocorra é preciso transpor barreiras e quebrar preconceitos existentes na sociedade. Para tanto, o presente trabalho analisou a experiência de acompanhamento de três crianças com deficiência que freqüentam a escola pública e que são acompanhadas no Ambulatório de Terapia Ocupacional da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas).

Na literatura especializada os conceitos inclusivistas são recentes. Surgiram lentamente a partir de conceitos que hoje podemos chamar de pré-inclusivistas, como normalização, baseada na idéia de que todo deficiente tem o direito de experimentar um estilo de vida normal e *mainstreaming*, ou seja, o deficiente freqüenta a escola comum com finalidade apenas instrucional. Segundo Sassaki (1990)[1] são chamados inclusivistas porque abrangem valores que contemplam a inclusão, como autonomia (domínio do meio social e físico); independência (capacidade de fazer escolhas e tomar decisões);

empoderamento (uso da razão pessoal, independência de sua condição).

Os conceitos pré-inclusivistas e inclusivistas são fundamentais para a compreensão das práticas sociais, pois é através deles que nossas ações são construídas e com isso nos permitem rever as políticas sociais, já que esses conceitos caminham juntamente com a evolução de alguns valores éticos, como aqueles em torno da pessoa com deficiência. Não se pode, portanto, deixar de considerar os conceitos inclusivistas para que todos os indivíduos sejam agentes ativos na construção de uma sociedade igualitária, independente de qualquer diferença entre as pessoas, quer seja de raça ou atributo pessoal.

Os objetivos da pesquisa visam identificar e discutir os benefícios que a inclusão escolar proporciona para as crianças com deficiência através da experiência realizada no Ambulatório de Terapia Ocupacional da PUC-Campinas.

Materiais e Métodos

Para realização deste estudo foi utilizada pesquisa de campo através de entrevistas com professores e familiares de três crianças portadoras de deficiência, inseridos na escola pública. Foi também realizada pesquisa de

bibliografias referente à inclusão, escola inclusiva, Declaração de Salamanca, leis de diretrizes e bases da educação nacional, para melhor estudo sobre o tema.

A pesquisa foi realizada com crianças com diferentes patologias e fases de inclusão escolar, para obter maiores informações a respeito das questões que envolvem a inclusão na escola.

Foram escolhidas três crianças do sexo feminino com 9 (nove) anos de idade que estão inseridas na escola pública e são acompanhadas no Ambulatório de Terapia Ocupacional da PUC-Campinas. A primeira criança foi escolhida por apresentar uma encefalopatia crônica não evolutiva tipo espástico e ter ingressado na primeira série do ensino fundamental no ano de 2005; a segunda criança foi selecionada por apresentar síndrome de down e também ter ingressado na primeira série do ensino fundamental nesse mesmo ano; foi dada também preferência à terceira criança por apresentar uma amputação de membro superior direito causada por uma queimadura grave e estar cursando a segunda serie do ensino fundamental.

O estudo ocorreu em três escolas públicas freqüentadas pelas crianças estudadas: Escola Municipal de Educação Fundamental (EMEF) Luiz Henrique March, EMEF. Padre Francisco Silva e Escola Estadual do Primeiro Grau André Forte. Foram elaborados dois questionários, sendo um para os professores, no intuito de conhecer o acompanhamento da criança na escola, e outro para os pais das crianças, a fim de identificar qual a percepção dos mesmos quanto ao processo de inclusão social dos filhos.

Resultados

De acordo com os dados coletados com os pais na entrevista observou-se que, no início do ano letivo de 2005, sentiam-se inseguros e com medo de colocar seus filhos com deficiência em escolas públicas, pois não sabiam se os professores conseguiram compreender as necessidades de seus filhos. Em relação as outras crianças da escola ditas normais referiam receio se estas aceitariam e tratariam bem seus filhos, o mesmo também manifestaram sentir em relação aos pais destas crianças. Porém, após quatro meses de freqüência escolar por duas das crianças e mais de um ano pela outra, estes mesmos pais mostraram-se surpresos com a aceitação de seus filhos deficientes pelas crianças e pelos seus respectivos pais, e hoje sentem-se gratos diante do esforço dos professores em buscar formas de inclusão para seus filhos.

De acordo com Vayer e Roncin (1989)[2] a criança denominada normal consegue encontrar soluções para realizar seu EU com mais facilidade, mesmo quando o contexto não lhe facilita as coisas, ao passo que para a criança

denominada deficiente esse mesmo contexto, especialmente a qualidade do relacionamento com as pessoas, assume valor vital.

Num segundo momento, ao serem entrevistados, os professores ressaltaram no início medo de receber em sua classe uma criança com deficiencia, já que não é dado nenhum preparo para professores e funcionários para acompanhamento destas crianças. Resaltaram ainda, a omissão do governo diante do fato do prédio escolar não ser adaptado para receber estes alunos e da falta de providências para adaptá-lo. Outra dificuldade citada pelos professores foi a falta de matérias didáticos que possam ajudar numa melhor compreensão do conteúdo das aulas por estas crianças, bem como pelas outras crianças.

De acordo com Mantoan (1997) apud Damião (2000)[3] a noção de inclusão institui a inserção de uma forma mais radical, completa e sistemática. As escolas têm que construir um sistema educacional que considere a necessidade de todos os alunos e serem estruturadas em virtude dessas necessidades. A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas visa apoiar a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

Foi observado nas crianças com deficiência que estão no primeiro ano, através do relato dos pais e professores, que a relação intra-pessoal e com as outras crianças tem melhorado com a convivência na escola e que as crianças com deficiência, dentro do seu ritmo, têm tido um avanço nos aspectos cognitivos – atenção, memória, orientação, assim como na aprendizagem. Já a criança que freqüenta a escola há dois anos, segundo relato de sua professora, tem um bom convívio com as outras crianças e vem apresentando avanços no seu aprendizado, como memória, organização, consegue resolver problemas tanto problemas matemáticos quanto as atividades ministradas em sala que envolve a deficiência. No começo apresentava maior lentidão de aprendizagem nas atividades que envolvem a alfabetização, de acordo com a professora, hoje a aluna já apresenta certa agilidade na aprendizagem. Em atividades pedagógicas envolvidas na sala de aula, a aluna trouxe que hoje se sente muito bem em casa e na escola, porém na rua se sente observada e algumas vezes é questionada sobre o que lhe aconteceu, e isso lhe causa incomodo.

A criança seja ela deficiente ou não, constrói-se como indivíduo com suas possibilidades e com o que o mundo lhe apresenta. Esta construção é uma auto-organização que o meio e as pessoas

oferecem ao sujeito proporcionando-lhe estabilidade para poder agir e ser autônomo.

Conforme Vayer e Roncin (1989)[2] pode-se dizer que não existe experiência de si mesmo e do mundo circundante sem fracasso. É o exercício malogrado que obriga o sujeito a reconsiderar a situação e a reorganizar as informações com vista a retornar seu projeto. Em outras palavras, a situação de fracasso é necessária à elaboração do pensamento consciente, pois o EU não pode desenvolver-se sem enfrentar o mundo circundante, e este enfrentamento faz-se necessariamente de modo conflitual. Deste modo pode-se dizer a inclusão escolar é uma vivencia valida para todos que experenciam.

A educação inclusiva esta prevista pelas leis vigentes em nosso país e, sendo assim, o sistema educacional deveria contemplar todos os cidadãos. No entanto, segundo Abbamonte, Ranoya e Gaviolli (2003) [4], a inclusão de diversidades tem sido historicamente negada pela comunidade educacional e isto se torna claro quando se pensa na realidade das escolas e classes especiais como exemplos concretos do que ocorre a cerca da exclusão dentro da educação.

Discussão

Com este estudo procurou-se verificar se a criança com deficiência diante da diversidade de estímulos e vivências que a escola oferece pode desenvolver novas habilidades, auto confiança e melhorar a auto estima, com a ampliação das relações e vínculos.

Cabe salientar que o desenvolvimento humano ocorre pela maturação e crescimento orgânico (biológico), mas é a inclusão da criança à sociedade (cultural), que possibilita a assimilação de cultura através do papel do outro.

Conforme De Carlo & Bartalotti (2001) [5] o desenvolvimento infantil não é um processo de acumulação lenta e gradual de mudanças isoladas e sim, um processo complexo caracterizado pela periodicidade, desigualdade no desenvolvimento de diferentes funções, (...). O resultado do desenvolvimento não será uma estrutura puramente psicológica, nem a soma de processos elementares, mas uma forma qualitativamente nova que se constrói ao longo do processo, mediante interações sociais.

Dentre os documentos produzidos a respeito da educação inclusiva a Declaração de Salamanca [6], proporcionou a oportunidade de inserção dentro de uma estrutura ampla de educação, além de apresentar encaminhamentos e diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas de educacionais. Assim, podemos dizer que consiste no reconhecimento

da necessidade de caminhar junto à escola para todos – um lugar que inclua todos os alunos, celebre a diferença, apóie a aprendizagem e responda as necessidades individuais.

Esta mesma declaração define que todos têm direito de receber apoio extra para conseguirem adquirir e garantir sua educação eficaz. É através da educação inclusiva que se consegue formar solidariedade entre as crianças com deficiência e seus colegas.

A experiência, além do mais, sugere que a escola inclusiva servindo todas as crianças em uma comunidade tem mais sucesso na obtenção de apoio da comunidade e em encontrar meios criativos e inovadores para usar os limitados recursos que estiverem disponíveis.

Segundo os professores entrevistados, é preciso que o governo, juntamente com toda a comunidade educacional estejam empenhados em incluir a criança com deficiente da melhor forma, dando subsídios estruturais e pedagógicos para professores e funcionários, além de adaptações básicas de acessibilidade nas escolas.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei nº 9394/96, apud, Palhares & Marins (2002) [7], aponta a importância de ver a educação como forma integrada às demais modalidades de ensino, afirmando que todo aluno com deficiência deve ser atendido em uma instituição de ensino regular, mas não exclusivamente.

A Terapia Ocupacional entende que não basta somente focar no indivíduo, a sociedade e a cultura também devem ser transformadas. A atuação da Terapia Ocupacional abrange a criança com deficiência e o meio sociocultural que ela está inserida.

Segundo De Carlos & Bartalotti (2001)[5] a compreensão do processo de ensino-aprendizagem, aliada ao conhecimento sobre a ação humana em geral, sobre o desenvolvimento humano e as relações socioculturais, permite ao terapeuta ocupacional colocar-se como um parceiro essencial [...], neste caso o desenvolvimento de ações que favoreçam as ações inclusivas.

O terapeuta ocupacional deve atuar em conjunto com estas instituições de ensino – visitando e procurando fazer adaptações no ambiente escolar para melhor desempenho e acomodação do aluno, orientar professores e pais de forma a contribuir à medida que as necessidades apareçam.

Para isso é necessário que tanto as escolas quanto os serviços de saúde visualizem e viabilizem este trabalho de troca e cooperação favorecendo o desenvolvimento da criança em todas os aspectos sejam sociais, emocionais, físicas ou cognitivos.

Nesse sentido o Ambulatório de Terapia Ocupacional da PUC Campinas, tem desempenhado o papel de instruir e incentivar os familiares a matricularem seus filhos em escolas da rede pública por acreditar que a criança precisa estar inserida neste meio para que possa ter contato com diferentes estímulos, e com isso promover oportunidades de melhor desenvolvimento global das crianças.

Conclusão

Com este trabalho buscou-se a conscientização de educadores e familiares quanto à necessidade e benefícios da inserção e permanência da criança deficiente no âmbito escolar público.

É importante ressaltar para pais e educadores que a inclusão não quer absolutamente dizer que somos todos iguais, e sim, que, quanto maior a nossa diversidade, mais rica a nossa capacidade de criar novas formas de ver o mundo.

Acredita-se na importância da participação escolar destas crianças, pelo desenvolvimento cognitivo, pela assimilação de cultura, além da diversidade de situações existentes no contexto escolar – horários a serem respeitados (recreio, aula de educação física), crianças de diferentes estilos e temperamentos proporcionado, assim, a troca e a criação de novos símbolos que ressignifiquem a aprendizagem e o crescimento humano.

Referências

- [1] SASSAKI, R. K., Inclusão Construindo uma Sociedade para Todos, Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- [2] VAYER,P.; RONCIN,C. Integração da criança deficiente na classe, Editora Manole1989.
- [3] DAMIÃO, C.R.T. Educação especial: visão de professores e psicólogos. 2000. Trabalho de conclusão de curso (mestrado) – Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2000.
- [4] ABBAMONTE,R.; RANOYA, F.; GAVIOLI, C. Uma apresentação do tema sobre inclusão escolar, 2003.
- [5] BARTALOTTI, C.C. & DE CARLO, M.M.R.P. Terapia Ocupacional e os processos socioeducacionais. In: Terapia Ocupacional no Brasil. São Paulo: Editora Plexus, 2001. Cap 5.
- [6] DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, *internet site address:* <http://www.eduquenet.net/pageeduc1c.htm/> acessado em 01/03/2005

[7] PALHARES, M. S.; MARINS,S. Escola Inclusiva, Editora EduFSCar 2002.